



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

O MUNICÍPIO DE PAVERAMA, de ordem da Senhora Prefeita Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO, CONSERTO, REEMBASAMENTO E AJUSTES DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS, a partir do dia 20 de abril de 2026, destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Município de Paverama, vinculados à Política Nacional de Saúde Bucal, conforme demanda da Administração Municipal, Protocolo nº 577/2026, em conformidade com o inciso IV, do Art. 74 combinado com o inciso I, do Art. 79, da Lei nº 14.133/2021 e, complementarmente as normas do Decreto Municipal nº 1.178/2022, bem como as seguintes disposições:

### **1. DO OBJETO, PREÇO E CONDIÇÕES GERAIS:**

1.1. Constitui objeto do presente Edital, o Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de confecção, conserto, reembasamento e ajustes de próteses dentárias totais e parciais, conforme especificações constantes no Termo de Referência – TR e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexos a este.

1.1.1. A descrição sintética dos itens que compõem o objeto, bem como os respectivos valores unitários máximos de referência por serviço, encontram-se detalhados na tabela abaixo:

| Item | Quant. | Medida  | Descrição  | Valor Unit. |
|------|--------|---------|--|-------------|
| 1    | 10     | Unidade | PRÓTESE TOTAL: Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, florescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior. | R\$ 359,60  |
| 2    | 5      | Unidade | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL: Serviço de confecção de prótese parcial maxilar e mandibular (PPR), em estrutura metálica fundida em cobalto-cromo, grampos, retentores, acrilizada em acrílico   | R\$ 509,93  |



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

|   |    |         |  |            |
|---|----|---------|--|------------|
|   |    |         | termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Estrutura metálica da prótese com espessura delicada. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior.  |            |
| 3 | 5  | Unidade | PRÓTESE TOTAL COM TELA (REFORÇO INTERNO): Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior. | R\$ 413,75 |
| 4 | 10 | Unidade | CONSORTEIO DE PRÓTESE  | R\$ 133,30 |
| 5 | 10 | Unidade | REEMBASAMENTO DE PRÓTESE   | R\$ 80,00  |

1.2 A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviços comuns de saúde, de natureza continuada e execução parcelada, cujo resultado se materializa em produto individualizado (prótese dentária), confeccionado sob demanda, a partir de prescrição clínica da equipe odontológica municipal.

1.3. Será admitido o credenciamento parcial, podendo a empresa interessada se credenciar para um ou mais itens do objeto, desde que comprove capacidade técnica compatível com os serviços pretendidos.

1.4. O credenciamento será realizado sob o regime de contratação paralela e não excludente, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, sem limitação prévia de credenciados, inexistindo exclusividade entre eles.

1.5. A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, mediante requisição formal, não gerando direito à contratação mínima, tampouco garantia de volume de serviços aos credenciados.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

1.6. A produção estimada constante neste Edital possui caráter meramente referencial, destinada ao planejamento administrativo e orçamentário, podendo variar conforme a demanda clínica efetivamente verificada, nos termos do ETP.

1.7. A execução do objeto observará a divisão funcional entre:

I – Equipe odontológica municipal, responsável pelas etapas clínicas (avaliação, moldagem, provas, ajustes e validação final);

II – Laboratório credenciado, responsável pelas etapas técnicas laboratoriais, incluindo processamento, montagem, fundição, acrilização, acabamento e entrega final das próteses.

1.8. Compete ao laboratório credenciado realizar a retirada das moldagens junto à Unidade Básica de Saúde do Município e a devolução dos trabalhos concluídos, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, assegurando rastreabilidade e integração com o fluxo assistencial.

1.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas sanitárias vigentes, protocolos de biossegurança e diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, garantindo qualidade técnica, segurança e adequação funcional das próteses fornecidas.

1.10. O prazo de garantia mínima para as próteses entregues será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da entrega definitiva e instalação no paciente pelo profissional dentista do Município.

1.10.1. A garantia abrange a obrigação de reparação ou refazimento total da peça, sem qualquer ônus adicional ao Município, em casos de vícios de fabricação, defeitos nos materiais empregados ou erro na montagem em desacordo com a moldagem fornecida.

1.10.2. O prazo para retirada da peça com defeito e devolução da nova prótese corrigida será de até 07 (sete) dias úteis, contados da notificação oficial.

1.10.3. O descumprimento dos padrões de qualidade ou a recusa no atendimento da garantia técnica dentro do prazo estipulado no Termo de Referência sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas neste Edital e o consequente descredenciamento.

1.11. É vedada a cobrança de quaisquer valores dos usuários do SUS pelos serviços prestados no âmbito deste credenciamento, sendo a remuneração devida exclusivamente pela Administração, conforme produção efetivamente realizada e atestada.

1.12. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar fiscalizações, vistorias técnicas e auditorias nas instalações das credenciadas, bem como verificar a qualidade dos serviços executados, podendo exigir correções quando constatadas inconformidades.

## **2. DOS PRAZOS, DIA, HORÁRIO E LOCAIS DE CREDENCIAMENTO:**

2.1. O presente Chamamento Público entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá aberto por prazo indeterminado, permitindo o ingresso contínuo de novos interessados.

2.2. O Termo de Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite legal de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

2.3. O credenciamento será formalizado mediante assinatura de Termo de Credenciamento, conforme minuta constante no anexo VI. Serão credenciados todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, a qualquer tempo durante a vigência do Credenciamento.

2.4. A partir da publicação do presente Edital, os interessados podem solicitar o seu credenciamento junto a Sala do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Paverama, situado na Rua Jacob Flach, nº 222, Bairro Centro, Paverama/RS – CEP: 95.865-000, em dias úteis, nos seguintes horários: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h.

**2.5. Para fins de habilitação neste Credenciamento, poderão as empresas interessadas encaminhar todos os documentos previstos por via eletrônica, através do e-mail: [licitacao@paverama.rs.gov.br](mailto:licitacao@paverama.rs.gov.br).**

2.6. Demais informações, cópia do presente Edital e seus anexos podem ser obtidos através do site <https://paverama.rs.gov.br/>; pelo telefone (51) 3761-1044; ou pelo E-mail: [licitacao@paverama.rs.gov.br](mailto:licitacao@paverama.rs.gov.br).

2.7. Recomendamos a atenta leitura do Edital e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderá acarretar na aplicação das penalidades previstas no Art. 156, da mesma Lei, sem prejuízo das punições previstas em demais cominações legais.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E EVENTUAIS VEDAÇÕES:**

3.1. Poderão participar deste Chamamento Público todas as pessoas jurídicas que atendam às condições deste Edital e seus anexos, e que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

3.2. Constituem condições para participação e execução dos serviços pelas empresas credenciadas:

3.2.1. Comprovar capacidade técnica, operacional e sanitária compatível com a execução de serviços laboratoriais de prótese dentária, nos termos do Termo de Referência;

3.2.2. Possuir estabelecimento regularmente constituído, com infraestrutura física adequada à atividade de laboratório de prótese dentária, observando normas sanitárias, de biossegurança e de controle de contaminação;

3.2.3. Manter responsável técnico devidamente habilitado junto ao conselho profissional competente, responsável pela supervisão e qualidade dos serviços executados;

3.2.4. Executar os serviços em conformidade com as moldagens e orientações clínicas fornecidas pela equipe odontológica municipal, respeitando padrões técnicos de qualidade, estabilidade, retenção e adaptação funcional;

3.2.5. Realizar a retirada das moldagens e a entrega dos trabalhos concluídos junto à Unidade Básica de Saúde do Município, conforme prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.2.6. Observar rigorosamente os prazos operacionais definidos, garantindo a continuidade do tratamento clínico dos usuários;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

3.2.7. Assegurar a qualidade dos materiais utilizados, sendo vedada a utilização de insumos inadequados, reprocessados, vencidos ou sem procedência identificável;

3.2.8. Responsabilizar-se integralmente por eventuais falhas técnicas, devendo promover correções, reembasamentos ou refações sem ônus adicional à Administração;

3.2.9. Manter sistema de rastreabilidade dos serviços realizados, permitindo a identificação de todas as etapas do processamento laboratorial;

3.2.10. Observar integralmente as normas de biossegurança, garantindo controle de risco biológico e prevenção de contaminação cruzada;

3.2.11. Garantir sigilo e confidencialidade dos dados pessoais sensíveis dos usuários, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

3.2.12. Abster-se de cobrar quaisquer valores dos usuários do SUS, sendo a remuneração devida exclusivamente pela Administração;

3.2.13. Permitir o acesso da fiscalização municipal às suas instalações, documentos e registros técnicos sempre que solicitado.

3.3. Os interessados deverão solicitar o credenciamento junto à Prefeitura Municipal, no endereço indicado no item 2.4 deste Edital, mediante protocolo e apresentação da documentação exigida, em envelope identificado com os dados da empresa ou por meio eletrônico, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.4. Não poderão participar da execução do Termo de Credenciamento, direta ou indiretamente:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e/ou

3.4.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

**3.6. Durante a vigência contratual é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.**

## **4. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO:**

4.1. As empresas interessadas no presente credenciamento, deverão apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato, ou pelo(s) servidor(es) encarregado(s) da Prefeitura Municipal:

4.1.1. Requerimento com a qualificação da empresa proponente, contendo a solicitação do credenciamento e devidamente datada e assinada pelo responsável legal, conforme Modelo constante no Anexo III, deste Edital.

4.1.2. Habilitação jurídica:

a) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido pelo MEI através do Portal do Empreendedor;

b) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ, extraída via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, podendo ser obtida no endereço eletrônico: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp);

b) Prova de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>;

c) Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1698>;

d) Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>.

g) Prova de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), conjuntamente com as Certidões Negativas de Inidoneidade e de Impedimento, emitidas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

#### 4.1.4. Habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento, podendo ser obtida no endereço eletrônico: <https://www.tjrs.jus.br/novo/processos-e-servicos/servicos-processuais/emissao-de-antecedentes-e-certidoes/>.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### 4.1.5. Qualificação Técnica:

a) Alvará de Localização e Funcionamento fornecido pelo Município do estabelecimento ou comprovante equivalente (Documento de Inscrição Municipal). Caso o alvará seja por prazo indeterminado, e não estiver de forma expressa no documento, o mesmo deverá ser apresentado acompanhado de declaração da validade do documento, emitido pelo órgão competente;

b) Alvará de Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente;

c) Comprovante de cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

d) Registro da empresa no Conselho Regional de Odontologia (CRO);

e) Prova de possuir no seu quadro funcional no mínimo um profissional protético dentário e/ou cirurgião dentista, com habilitação compatível com o objeto;

e.1) A empresa deverá apresentar documento que comprove que tenha cadastrado um responsável técnico com Curso Técnico ou especialização na área de Próteses Dentárias cadastrado junto ao CRO (Conselho Regional de Odontologia);

f) A comprovação de vínculo dos profissionais poderá ocorrer por:

I - contrato social (sócio);

II - registro em CTPS;

III - contrato de prestação de serviços; ou

IV - outro documento juridicamente válido.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

g) Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento, devendo constar no mínimo as seguintes informações no documento:

d.1) Dados do CONTRATANTE: razão social, endereço completo, CNPJ e informações de contato como telefone e endereço de e-mail;

d.2) Dados do CONTRATADO: razão social, endereço completo, CNPJ e informações de contato;

d.3) Descrição dos serviços prestados e período correspondente; e

d.4) Assinatura do responsável legal, devidamente datado e grau de satisfação.

#### 4.1.6. Declarações e demais documentos:

a) Declaração firmada por contador ou técnico em contabilidade indicando o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, de que a licitante ostenta esta condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e/ou outro enquadramento correspondente, firmada no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da realização do Protocolo, conforme Modelo constante no Anexo IV, deste Edital;

b) Declaração geral conjunta para habilitação, conforme modelo proposto no Anexo V, deste Edital; e

c) Cópia de documento de identificação (RG, CPF ou CNH) da pessoa que assinará o Termo de Credenciamento e/ou Prova de que detém competência para este fim específico, através de Ata de Constituição da Diretoria ou Procuração com poderes, se for o caso.

4.2. As empresas interessadas, que se enquadrem como microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos nas alíneas do subitem 4.1.3, deste Edital, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for comunicada formalmente sobre o resultado da análise da documentação.

4.2.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.2.2. O prazo de que trata o item 4.2, poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.2.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.2, implicará na decadência do direito ao credenciamento.

4.3. A comprovação pela licitante do preenchimento dos requisitos de habilitação ora exigidos deverá operar-se em relação à data de entrega dos documentos (protocolo), salvo as exceções previstas pela Lei Complementar nº 123/2006 (e Alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014).

## 5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO:



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

- 5.1. A análise da aceitabilidade dos documentos compreenderá o exame, dos documentos exigidos e da compatibilidade das características do serviço ofertado com as especificações indicadas.
- 5.2. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificados os interessados:
- a) Que não contiveram todos os documentos exigidos no item nº 4 e subitens;
  - b) Que não atenderem todos os requisitos das especificações; e/ou
  - c) Que não se submeterem às condições expressas neste regulamento.
- 5.3. O atendimento das condições de credenciamento será aferido pelo Agente de Contratação e/ou Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portaria.
- 5.4. O Agente de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.
- 5.5. O julgamento do credenciamento será devidamente registrado em ata.
- 5.6. Após a análise da documentação, sem nenhuma irregularidade for constatada na documentação e demais documentos, será a empresa declarada apta e, por conseguinte, homologada pela autoridade competente, firmando com o interessado o Termo de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo VI, com a devida publicação do ato.
- 5.7. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação no sítio eletrônico: <https://paverama.rs.gov.br/>, quando então será comunicado a assinar o Termo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.
- 5.8. Os termos de credenciamento formalizados, serão divulgados e atualizados por meio do sítio eletrônico: <https://paverama.rs.gov.br/>.

## **6. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA E REAJUSTES:**

- 6.1. O credenciamento será formalizado mediante assinatura de Termo de Credenciamento, conforme minuta constante do Anexo VI, o qual estabelecerá as condições de execução, obrigações das partes, critérios de pagamento, fiscalização e demais disposições pertinentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade e o interesse público, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.1. A prorrogação dependerá de avaliação quanto à regular execução contratual, manutenção das condições de habilitação e disponibilidade orçamentária.
- 6.3. Os valores contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento estimado que fundamentou a contratação, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1. O reajuste observará o índice IPCA para atualização de contratos administrativos de prestação de serviços contínuos, devendo estar expressamente previsto no Termo de Credenciamento.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

6.3.2. Nos casos de credenciamento com valores previamente fixados pela Administração, o reajuste será aplicado de forma uniforme a todos os Termos de Credenciamento vigentes, preservando-se a isonomia entre os credenciados.

6.3.3. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **7. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.1. A prestação dos serviços laboratoriais deverá ser realizada nas dependências da empresa credenciada, a qual deverá dispor de infraestrutura física adequada, equipamentos compatíveis e meios técnicos necessários à execução integral do objeto, em conformidade com as normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis.

7.1.1. A Credenciada, uma vez formalmente convocada para retirada de moldagem ou execução de serviço, deverá manifestar-se quanto à possibilidade de atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.1.2. Após o aceite, a Credenciada deverá realizar a retirada do material (moldagens e/ou estruturas) junto à Unidade Básica de Saúde do Município e iniciar a execução dos serviços, observando os prazos operacionais definidos no Termo de Referência.

7.1.3. Os serviços serão executados exclusivamente mediante requisição formal expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, contendo as informações técnicas necessárias à confecção da prótese.

7.2. A Credenciada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos, especialmente:

I – até 10 (dez) dias para apresentação da primeira prova;

II – até 7 (sete) dias para cada prova subsequente, quando necessária;

III – limite máximo de provas conforme definido no Termo de Referência.

7.3. A Credenciada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização de pessoal, equipamentos ou estrutura do Município.

7.4. É de responsabilidade exclusiva da Credenciada a disponibilização de pessoal qualificado, bem como o cumprimento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não havendo vínculo de qualquer natureza com o Município.

7.4.1. A Credenciada responderá por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação.

7.5. A Credenciada deverá manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeito estado de funcionamento, bem como fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando aplicável.

7.6. A Credenciada deverá permitir o livre acesso da fiscalização municipal às suas instalações, bem como disponibilizar documentos, registros técnicos e informações necessárias à verificação do cumprimento do objeto contratual.

7.7. A Credenciada deverá manter sistema de registro e rastreabilidade dos serviços executados, contendo, no mínimo:

I – identificação do caso clínico;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

- II – datas de recebimento e devolução;
- III – materiais utilizados;
- IV – técnica aplicada;
- V – identificação do responsável técnico.

7.8. Os registros técnicos deverão ser mantidos organizados e arquivados durante toda a vigência do credenciamento, à disposição da fiscalização para eventuais auditorias.

7.9. A Credenciada deverá manter, durante toda a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.10. Os serviços deverão atender à legislação vigente aplicável, especialmente as Leis Federais nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como Normas sanitárias aplicáveis a serviços de saúde e laboratórios de prótese dentária e as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal.

## **8. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

8.1. Os serviços laboratoriais deverão ser executados nas dependências da empresa credenciada, em estabelecimento próprio ou regularmente locado, devidamente estruturado para a atividade de laboratório de prótese dentária, observadas as normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis.

8.2. A Credenciada deverá possuir instalações físicas adequadas à execução dos serviços, compreendendo, no mínimo:

- a) área destinada à manipulação e processamento de materiais odontológicos;
- b) ambiente organizado, limpo e com controle de contaminação;
- c) equipamentos e instrumentais compatíveis com as técnicas de confecção de próteses;
- d) condições adequadas de ventilação, iluminação e segurança; e
- e) armazenamento adequado de insumos e materiais utilizados.

8.3. O estabelecimento da Credenciada deverá estar regular perante os órgãos competentes, incluindo, quando aplicável:

- I – Alvará de funcionamento;
- II – Licença/Alvará Sanitário;
- III – Demais autorizações exigidas pela legislação vigente.

8.4. A retirada das moldagens, modelos e demais materiais, bem como a entrega das próteses confeccionadas, deverá ocorrer junto à Unidade Básica de Saúde do Município de Paverama, conforme cronograma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.5. A Credenciada será responsável pelo transporte adequado dos materiais, devendo garantir:

- I – integridade física dos moldes e próteses;
- II – acondicionamento seguro;
- III – identificação correta dos trabalhos;
- IV – cumprimento das normas de biossegurança no transporte.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

8.6. A localização do estabelecimento deverá permitir a adequada execução logística dos serviços, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos, sendo de inteira responsabilidade da Credenciada os custos e meios necessários ao deslocamento.

8.7. A Administração poderá realizar vistorias técnicas nas instalações da Credenciada, a qualquer tempo, para verificação das condições estruturais, sanitárias e operacionais, podendo exigir adequações quando constatadas irregularidades.

## **9. DO PAGAMENTO E DOTAÇÕES DISPONÍVEIS:**

9.1. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Credenciada, acompanhada do relatório de produção dos serviços efetivamente executados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, responsável pela gestão do objeto.

9.2. A remuneração observará os valores unitários máximos estabelecidos no item 1.1.1 deste Edital, sendo o pagamento realizado exclusivamente por serviço efetivamente concluído e aprovado, não gerando direito à remuneração por serviços não executados.

9.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e da comprovação da execução dos serviços, nos termos da minuta do Termo de Credenciamento.

9.4. Não será efetuado pagamento enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade, inadimplência contratual ou ausência de documentação exigida.

9.5. Os valores previstos neste Edital compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, insumos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, transporte e demais despesas, não sendo devido qualquer pagamento adicional.

9.6. Eventuais correções, ajustes ou refações de próteses decorrentes de falhas técnicas, inadequações ou vícios de qualidade deverão ser realizados pela Credenciada sem ônus adicional à Administração.

9.7. Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria mediante crédito bancário em conta da empresa Credenciada.

9.8. Nenhum pagamento isentará a credenciada das responsabilidades assumidas neste Edital, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados e quitados.

9.9. As despesas decorrentes deste Edital, correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

| <b>Outros Serviços – PJ</b>  | <b>Saldo Disponível</b> |
|--|-------------------------|
| - Despesa: 89 / Projeto: 0107 / Classificação: 3.3.90.39.00.00.00.00 / Recurso: 40   | R\$ 230.005,34          |
| <b>Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita</b>                           |                         |
| - Despesa: 1500 / Projeto: 0107 / Classificação: 3.3.90.32.00.00.00.00 / Recurso: 40 | R\$ 2.000,00            |

9.10. Por ocasião do pagamento, será descontado o ISSQN sobre o valor dos serviços prestados



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

na forma da legislação vigente, bem como, realizará a retenção de IR, em observâncias das disposições da IN RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 1.213/2022, se for o caso.

9.10.1. A Credenciada deverá indicar no campo observação da Nota Fiscal, a alíquota correspondente ou isenção da mesma, conforme previsto nas normas vigentes.

9.11. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a prestação dos serviços devido à ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no Edital e seus Anexos.

## **10. DA FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES:**

10.1. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação do serviço, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

10.2. É vedado:

a) Cobrar do usuário do serviço (paciente) ou de seu acompanhante qualquer complementação dos valores que serão pagos pelos serviços prestados nos termos desta licitação;

b) O credenciamento de pessoa física;

c) É vedada a subcontratação integral do objeto.

c.1) A subcontratação parcial poderá ser admitida, em caráter excepcional, mediante autorização prévia e expressa da Administração, limitada a etapas acessórias que não comprometam a responsabilidade técnica do objeto.

c.2) A empresa subcontratada deverá atender às exigências sanitárias e técnicas compatíveis com a atividade desempenhada.

c.3) A responsabilidade técnica, contratual e sanitária permanecerá integralmente com a credenciada, vedada a transferência de responsabilidade à subcontratada.

d) O trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município; e/ou

e) O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município.

e.1) Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional que for servidor público em exercício do cargo em comissão ou função gratificada, ou que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

e.2) O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS:**

11.1. As contratações decorrentes do presente credenciamento ocorrerão sob o regime de contratação paralela e não excludente, podendo a Administração distribuir as demandas entre as empresas credenciadas, conforme critérios técnicos e administrativos, observando os princípios da isonomia, eficiência e economicidade.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

11.2. A distribuição dos serviços entre as credenciadas poderá adotar, de forma isolada ou combinada, os seguintes critérios:

- a) Ordem de credenciamento, observando sistema de rodízio entre os prestadores habilitados;
- b) Capacidade operacional declarada pela credenciada;
- c) Cumprimento de prazos e qualidade dos serviços prestados;
- d) Disponibilidade para execução imediata do serviço;
- e) Logística e viabilidade operacional, considerando prazos de retirada e entrega;
- f) Distribuição equitativa da demanda, de modo a evitar concentração excessiva em um único prestador;
- g) Sorteio, quando aplicável; e
- h) Outros critérios técnicos devidamente justificados pela Administração.

11.3. A definição do prestador para cada serviço será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, com base na requisição clínica emitida pela equipe odontológica municipal e nas condições operacionais das credenciadas.

11.4. Não há garantia de volume mínimo de serviços a qualquer credenciada, sendo a execução condicionada à demanda efetiva da Administração.

11.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, revisar os critérios de distribuição, mediante justificativa técnica, visando assegurar a continuidade do serviço, a qualidade dos atendimentos e o interesse público.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a empresa que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar, recusar ou apresentar em desacordo os documentos solicitados, quando exigível no Edital;

12.1.3. Não celebrar o Termo ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Termo, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei; e/ou

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e/ou

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e/ou

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e/ou

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Termo celebrado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Termo a ser celebrado, sempre multiplicado pela quantidade estimada e indicada no Termo de Referência.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Termo a ser celebrado, sempre multiplicado pela quantidade estimada e indicada no Termo de Referência.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Credenciamento, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 03 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.16. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## **13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL:**

13.1. Os pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhados ao Agente de Contratação, localizada no endereço indicado no preâmbulo, ou ser encaminhada ao e-mail: [licitacao@paverama.rs.gov.br](mailto:licitacao@paverama.rs.gov.br).

13.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo formalizar junto Município de Paverama, através de Protocolo ou por e-mail, a apresentação do pedido com as razões e/ou motivações pertinentes.

13.3. As razões e justificativas da impugnação, podem ser protocoladas perante ao Agente de Contratação e/ou Autoridade competente.

13.4. O Agente de Contratação deve julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

13.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será retificado, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a preparação e entrega da documentação.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

14.1. A participação no presente Chamamento Público implica em concordância tácita, por parte dos interessados, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

14.2. Fica aberta a adesão de novos interessados enquanto vigorar o presente credenciamento.

14.3. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação do serviço, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

14.4. O Município de Paverama não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da credenciada a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

14.5. O Município de Paverama se reserva o direito de anular ou revogar a presente processo de licitação, no total ou em parte, por ilegalidade ou interesse público justificado, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

14.6. O Agente de Contratação, membros da Equipe de Apoio ou a autoridade superior poderão promover diligências, no julgamento da habilitação, destinadas a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirão validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, fixando prazos para atendimento.

14.7. O Agente de Contratação ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

14.7.1. À atuação do Agente de Contratação e/ou da Equipe de Apoio contará com o auxílio direto dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno no desempenho das funções essenciais à execução do disposto no presente Edital.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

14.8. Os dados pessoais tornados públicos pelo certame deverão ser resguardados por todos os licitantes, observados os princípios de proteção de dados previstos no Art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

14.9. Havendo divergências entre as disposições constante no Edital e as especificações constante nos Anexos, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

**14.10. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.**

14.11. Para quaisquer questões oriundas do presente Edital, fica eleito o foro da Comarca de Teutônia/RS, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Paverama/RS, 17 de abril de 2026.

**MICHELE CAROLINE DE VARGAS**

**Prefeita Municipal**

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica. Em 17 de abril de 2026.

ROBERTA LAZZARETTI

OAB/RS 61.535

Assessoria Jurídica

## ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Disponibilizado em arquivo anexo ao Edital.

## ANEXO II

### TERMO DE REFERENCIA

- Disponibilizado em arquivo anexo ao Edital.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

## Estado do Rio Grande do Sul

### ANEXO III

#### MODELO DE REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

*TIMBRE DA EMPRESA*

*NOME E RAZÃO SOCIAL*

*ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,*

*N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL*

Ao Agente de Contratação/Equipe de Apoio

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede à Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ...../RS, vem mui respeitosamente, requerer seu credenciamento para a prestação de serviços laboratoriais de confecção, conserto, reembasamento e ajustes de próteses dentárias totais e parciais removíveis, conforme disposições do Edital de Chamamento Público nº 003/2026 (Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026) e demanda do Administração Municipal.

Indica-se os itens de interesse para credenciamento:

| Item | Quant. | Medida  | Descrição   | Valor Unit. |
|------|--------|---------|---|-------------|
| 1    | 10     | Unidade | PRÓTESE TOTAL: Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, florescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior.  | R\$ 359,60  |
| 2    | 5      | Unidade | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL: Serviço de confecção de prótese parcial maxilar e mandibular (PPR), em estrutura metálica fundida em cobalto-cromo, grampos, retentores, acrilizada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, florescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Estrutura metálica da prótese com espessura delicada. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior. | R\$ 509,93  |
| 3    | 5      | Unidade | PRÓTESE TOTAL COM TELA (REFORÇO INTERNO): Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, florescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior.   | R\$ 413,75  |



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

|   |    |         |                          |            |
|---|----|---------|--------------------------|------------|
| 4 | 10 | Unidade | CONCERTO DE PRÓTESE      | R\$ 133,30 |
| 5 | 10 | Unidade | REEMBASAMENTO DE PRÓTESE | R\$ 80,00  |

Em anexo consta toda a documentação necessária para comprovar a habilitação da empresa, conforme indicado no Edital.

Indica-se, como profissional legalmente habilitado pela empresa o(a) Sr(a).  
....., profissão....., Registo nº ....., conforme cópia em anexo.

Informações complementares:

- Preposto Responsável: Sr(a). .....
- Número de telefone de contato: (51) .....
- E-mail: .....
- Dados Bancários: Banco.....; Agência: .....; e N° Conta: .....

Declara, ainda, que:

- a) possui pleno conhecimento e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) dispõe de infraestrutura física, equipamentos, pessoal qualificado e condições operacionais adequadas à execução dos serviços objeto do credenciamento;
- c) compromete-se a cumprir integralmente as normas técnicas, sanitárias e de biossegurança aplicáveis;
- d) não cobrará quaisquer valores dos usuários pelos serviços prestados no âmbito deste credenciamento.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local e data.

Nome completo e N° do CPF do Responsável Legal

Assinatura - Preferencialmente por Certificado Digital

**NÃO SERÃO ACEITAS REQUERIMENTOS MANUSCRITOS, TAMPOUCO AQUELES PREENCHIDOS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DO MUNICÍPIO DE PAVERAMA. OS MESMOS DEVERÃO SER CONFECCIONADOS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA INTERESSADA.**



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## ANEXO IV

### MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME/EPP

*TIMBRE DA EMPRESA*

*NOME E RAZÃO SOCIAL*

*ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,*

*N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL*

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável (contador) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA, para fins de participação no Processo de Credenciamento, do Edital de Chamamento Público nº 003/2026 (Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026) e sob as penas da lei penal e civil, que:**

é considerada microempresa, conforme inciso I, do Art. 3º, da LC nº 123/2006;

é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II, do Art. 3º, da LC nº 123/2006;

é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00; ou

outra \_\_\_\_\_

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º, do Art. 3º, da LC nº 123/2006 e de que o valor de receita bruta anual da sociedade/empresa, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, do Art. 3º, da LC nº 123/2006 e suas alterações.

Local e data.

Nome do profissional contábil:

Nº de seu registro junto ao CRC

Assinatura - Preferencialmente por Certificado Digital

### OBSERVAÇÕES:

- 1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER PREENCHIDA PELA LICITANTE ENQUADRADA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006; e
- 2) A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA PARA HABILITAÇÃO

*TIMBRE DA EMPRESA*

*NOME E RAZÃO SOCIAL*

*ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,*

*N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL*

### DECLARAÇÃO

(Nome da pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação do representante legal) \_\_\_\_\_, DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação do processo disciplinado pelo Edital de Chamamento Público n.º 003/2026 (Inexigibilidade de Licitação n.º 011/2026), o que se segue:

a) Que está apta a participar de licitações e contratações públicas, atendendo às exigências do edital e da Lei n.º 14.133/2021, sem estar em situação de impedimento legal;

b) Que não há fatos impeditivos à sua habilitação e que se encontra regular perante os órgãos fiscalizadores;

c) Que não foi declarada inidônea ou suspensa para contratar com o Poder Público, nem possui condenações por improbidade administrativa;

d) Que em atendimento ao disposto previsto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) Que cumpre as normas legais relativas à reserva de vagas para PCD e reabilitados da Previdência Social

f) Que tomou conhecimento de todas as condições e exigências do edital, estando ciente de suas obrigações contratuais;

g) Que o preço proposto abrange todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços;

h) Dispõe de infraestrutura adequada, equipamentos, insumos e profissionais qualificados para a execução de serviços laboratoriais de confecção, conserto, reembasamento e ajustes de próteses dentárias, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis;

i) Que sua proposta observa integralmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias vigentes;

j) Que não possui sócios, administradores ou empregados com vínculo ou parentesco até o 3º grau com agentes públicos do Município de Paverama envolvidos no processo;

k) Que comunicará imediatamente ao Município qualquer situação superveniente de impedimento;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

l) Cumpre as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, assegurando condições adequadas aos seus colaboradores, inclusive quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando aplicável.

(Local e data).

Nome completo e N° do CPF do Responsável Legal  
Assinatura - Preferencialmente por Certificado Digital

**NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DO MUNICÍPIO DE PAVERAMA. AS MESMAS DEVERÃO SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**

## **CONSIDERAÇÕES:**

1) LINHA RETA:

1º GRAU: Pai, Mãe, Filho(a) do agente público ou companheiro do cônjuge/vínculos atuais sogro(a) genro/nora/madrasta/padrasto, enteado(a) do agente público.

2º GRAU: Avô(ó), Neto(a) do cônjuge ou companheiro do agente público.

3º GRAU: Bisavô(ó), Bisneto(a) ou cônjuge do agente público.

LINHA COLATERAL:

2º GRAU: irmão(ã), tio(a), sobrinho(a) cunhado(a) do agente público

3º GRAU: tio(a) sobrinho(a) do cônjuge ou companheiro do agente público.

**(Deverá ser assinado pelo representante legal da empresa, constante em Contrato Social. No caso de necessidade de ser assinado pelo Procurador, deverá ser declarado o grau de parentesco do Contratado, ou seja, em nome dos sócios da empresa, que deverão estar no Contrato Social).**



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## ANEXO VI

### MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ...../202...

*Entre o **MUNICÍPIO DE PAVERAMA** e a empresa ....., prestação de serviços laboratoriais de confecção, conserto, reembasamento e ajustes de próteses dentárias totais e parciais removíveis.*

O **MUNICÍPIO DE PAVERAMA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 91.693.317/0001-06, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. MICHELE CAROLINE DE VARGAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº ....., doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., neste ato representada por ....., simplesmente denominado de **CRENCIADA**, ajustam o presente Termo de Credenciamento, que será executado de forma indireta, conforme Protocolo nº ...../2026, e conformidade com os Art. 74, IV combinado com o Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.178/2022 e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**1.1.** Regem o presente Termo de Credenciamento não só as cláusulas e condições nele inseridas, como também as normas da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, especialmente as do Título III - Dos Contratos Administrativos, que se referem os Arts. 89 a 154 ficando as partes contratantes sujeitas ao estrito cumprimento das cláusulas ora avençadas e das normas aqui citadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**1.2.** O processo de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2026, condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 003/2026, e seus anexos, especificações e demais dispositivos, passam a integrar o presente Termo, para todos os efeitos de direito, uma vez que a Credenciada continuará vinculada ao cumprimento do que apresentou o requerimento e os documentos de habilitação até o término do prazo contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS:**

**2.1.** Constitui objeto do presente Termo o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços laboratoriais de confecção, conserto, reembasamento e ajustes de próteses dentárias totais e parciais removíveis, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações constantes no Edital de Chamamento Público nº 003/2026, Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

**2.1.1.** A prestação dos serviços observará os seguintes valores unitários máximos:



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

| Item | Quant. | Medida  | Descrição  | Valor Unit. |
|------|--------|---------|--|-------------|
| 1    | 10     | Unidade | PRÓTESE TOTAL: Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior.  | R\$ 359,60  |
| 2    | 5      | Unidade | PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL: Serviço de confecção de prótese parcial maxilar e mandibular (PPR), em estrutura metálica fundida em cobalto-cromo, grampos, retentores, acrilizada em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Estrutura metálica da prótese com espessura delicada. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior. | R\$ 509,93  |
| 3    | 5      | Unidade | PRÓTESE TOTAL COM TELA (REFORÇO INTERNO): Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT), em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte), alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. Cor da resina em rosa médio. Referência de padrão de qualidade: dente New-Ace ou qualidade superior.   | R\$ 413,75  |



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

|   |    |         |                          |            |
|---|----|---------|--------------------------|------------|
| 4 | 10 | Unidade | CONCERTO DE PRÓTESE      | R\$ 133,30 |
| 5 | 10 | Unidade | REEMBASAMENTO DE PRÓTESE | R\$ 80,00  |

**2.1.2.** Os quantitativos indicados são estimativos, correspondendo ao total previsto para todos os credenciados, não gerando direito à volume mínimo de execução individual.

**2.2.** Os serviços serão executados sob demanda, mediante requisição formal da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, conforme necessidade da Administração.

**2.3.** A execução dos serviços ocorrerá nas dependências da CREDENCIADA, a qual deverá dispor de estrutura adequada, equipamentos, insumos e pessoal qualificado, assumindo integral responsabilidade técnica, administrativa, civil, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial.

**2.4.** A retirada das moldagens, modelos e demais materiais, bem como a entrega das próteses confeccionadas, deverá ocorrer junto à Unidade de Saúde do Município, conforme fluxos e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**2.5.** A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:

- I – as especificações técnicas;
- II – os prazos estabelecidos;
- III – as normas sanitárias e de biossegurança;
- IV – os padrões de qualidade exigidos.

**2.6.** A CREDENCIADA é responsável pela qualidade dos serviços prestados, devendo realizar, sem ônus adicional, quaisquer ajustes, correções ou refações que se fizerem necessárias em razão de falhas técnicas.

**2.7.** É vedado à CREDENCIADA cobrar do usuário do SUS qualquer valor, taxa ou complementação pelos serviços prestados no âmbito deste Termo.

**2.8.** O Município poderá, a qualquer tempo:

- I – fiscalizar a execução dos serviços;
- II – solicitar informações e documentos;
- III – determinar correções ou adequações necessárias.

**2.9.** A CREDENCIADA ficará sujeita aos controles de execução estabelecidos pela Administração, inclusive quanto à qualidade, prazos e conformidade dos serviços.

**2.10.** A Administração poderá realizar vistorias nas instalações da CREDENCIADA, bem como nos serviços executados, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

**2.11.** O credenciamento não gera direito adquirido à execução de serviços, ficando sua utilização condicionada à demanda da Administração, observados os critérios de distribuição estabelecidos no Edital.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTES:

**3.1.** O Município pagará à CREDENCIADA, em contrapartida aos serviços efetivamente prestados, os valores unitários estabelecidos no item 2.1.1 deste Termo de Credenciamento, por serviço concluído e devidamente atestado, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, tais como materiais, insumos, mão de obra, transporte, equipamentos, encargos trabalhistas,



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

## Estado do Rio Grande do Sul

previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à execução do objeto.

**3.2.** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Relatório detalhado dos serviços executados no período, contendo, no mínimo: identificação da credenciada, mês de competência, tipo de serviço realizado, identificação do paciente (ou código), datas de recebimento e entrega, e assinatura do responsável técnico;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social com apresentação de Certidão de Regularidade do FGTS/CRF;

c) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**3.3.** Ocorrendo o fato dos encargos sociais não tiverem sido recolhidos até a data de pagamento do serviço em virtude de sua data de vencimento, poderá a Credenciada apresentar o respectivo comprovante de atendimento.

**3.4.** O valor a ser pago será apurado com base na quantidade de serviços efetivamente realizados e aprovados, mediante aplicação dos valores unitários correspondentes, não havendo garantia de volume mínimo de contratação.

**3.5.** É vedada qualquer cobrança adicional aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo a remuneração da Credenciada exclusivamente aquela prevista neste Termo.

**3.6.** O controle, conferência e ateste dos serviços prestados serão realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, responsável pela gestão do contrato.

**3.7.** O pagamento se dará através de transferência bancária eletrônica.

**3.8.** A quitação não será aceita sob reserva ou condição, correndo por conta da Credenciada todas as eventuais despesas daí decorrentes.

**3.9.** Nenhum pagamento isentará a credenciada das responsabilidades assumidas neste Termo, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados e quitados.

**3.10.** Por ocasião do pagamento, será descontado o ISSQN sobre o valor dos serviços prestados na forma da legislação vigente, bem como realizará a retenção de IR, em observância das disposições da IN RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 1.213/2022, se for o caso.

**3.10.1.** A licitante deverá indicar no campo observação da Nota Fiscal, a alíquota correspondente ou isenção da mesma, conforme previsto nas normas vigentes.

**3.101.** O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Termo de Credenciamento.

**3.12.** A Administração poderá atualizar o valor praticado a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes, em estrita observância às regras abaixo:

**3.12.1.** Os valores poderão ser reajustados anualmente, observando-se o índice IPCA, em



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

conformidade com o art. 134 da Lei nº 14.133/2021; e

**3.12.2.** Os valores reajustados deverão entrar em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 (doze) meses da publicação do Edital, independentemente da data de celebração do Termo de Credenciamento.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, AJUSTES E DA GARANTIA:**

**4.1.** A CREDENCIADA iniciará os serviços na data da assinatura do presente Termo, servindo também como Ordem de Início dos Serviços, vigorando por 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos, de acordo com o interesse público, respeitando os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, servindo de parâmetro para a prestação de serviços, de assistência e suporte pela empresa CREDENCIADA.

**4.2.** Os serviços serão executados sob demanda, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, observando-se os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

**4.3.** A CREDENCIADA, uma vez convocada, deverá manifestar-se formalmente quanto à possibilidade de atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**4.4.** Após o aceite da solicitação, a CREDENCIADA deverá cumprir os seguintes prazos operacionais:

I – até 10 (dez) dias para apresentação da primeira prova da prótese;

II – até 7 (sete) dias para cada prova subsequente, quando necessária;

III – conclusão e entrega final conforme especificações técnicas e ajustes clínicos exigidos.

**4.4.** O atraso injustificado na entrega prestação de serviços, sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento.

**4.5.** A CREDENCIADA garante a qualidade e a adequação de todas as próteses fornecidas, responsabilizando-se pela correção de quaisquer vícios, defeitos ou imperfeições decorrentes da fabricação ou do material empregado, observando-se:

**4.5.1.** O prazo de garantia mínima será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da instalação definitiva no paciente pelo profissional do Município.

**4.5.2.** Caso a prótese apresente defeito de fabricação, erro na montagem em desacordo com a moldagem ou fratura precoce, a CREDENCIADA deverá proceder ao refazimento total ou ajuste sem qualquer ônus adicional ao Município.

**4.5.3.** O prazo para retirada da peça com defeito e devolução da nova prótese corrigida será de até 07 (sete) dias úteis, contados da notificação oficial.

**4.6.** A CREDENCIADA compromete-se a cumprir integralmente os prazos estabelecidos pela Administração, bem como a garantir a qualidade técnica dos serviços prestados.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO:**



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

**5.1.** O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução deste Termo, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**5.3.** A CREDENCIADA assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Termo.

**5.4.** A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos referidos no item anterior, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Termo, ou restringir a execução dos serviços.

**5.5.** A fiscalização terá direito a exigir dispensa de qualquer dos funcionários da CREDENCIADA, cuja conduta seja considerada prejudicial ao bom andamento dos trabalhos, sendo que deverá ser atendida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após.

**5.6.** A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

**5.7.** A CREDENCIADA se obriga a refazer, às suas expensas, quaisquer serviços em desobediência às Normas Técnicas vigentes, bem como os que não forem aceitos pela CONTRATANTE.

**5.8.** A CREDENCIADA compromete-se a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Medicina e Segurança do Trabalho, bem como as normas sanitárias e de biossegurança aplicáveis, além das demais disposições legais e técnicas que regem as boas práticas na execução de serviços laboratoriais de prótese dentária.

**5.9.** A execução do Termo de Credenciamento será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores:

a) Gestores:

- Sr. ALEXANDRE LUÍS KLEBER, Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; e

- Sra. MELISSA HARTMANN, Secretária Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

b) Fiscais:

- Sra. GABRIELA GRAFF DA SILVA, Supervisora da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação; e

- Sr. UESLEI JOSE GARCIA, Chefe do Setor de Compras.

**5.10.** Caso ocorra a substituição dos servidores acima nomeados, o novo substituto designado será o responsável pela gestão e/ou fiscalização.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV):**

**6.1.** São obrigações do Contratante:



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciada, de acordo com o Termo, Edital e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- c) Notificar a Credenciada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Credenciamento e o cumprimento das obrigações pela Credenciada;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Efetuar o pagamento a Credenciada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo;
- g) Aplicar a Credenciada as sanções previstas na Lei e neste instrumento contratual;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial ou Ministério Público para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Credenciada;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Credenciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais; e
- m) Comunicar a Credenciada na hipótese de posterior alteração do objeto pelo Contratante, no caso do Art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADA (Art. 92, XIV, XVI e XVII):**

**7.1.** A Credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Credenciamento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do Termo;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

**b)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

**c)** Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestor/Fiscal do Termo de Credenciamento ou autoridade superior (Art. 137, II);

**d)** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**e)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo de Credenciamento, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**f)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**g)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do Termo, nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

**h)** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Credenciada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Termo de Credenciamento, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**j)** Comunicar ao Gestor/Fiscal do Termo de Credenciamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, sempre de forma estritamente reservada, observando cuidadosamente as disposições de privacidade, intimidade e sigilo;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Termo;

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para contratação;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do Termo, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal/Gestor, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único);

**t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Credenciamento;**

u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

w) Prestar os serviços de acordo com o pactuado, no local indicado pela Administração e desempenhar suas atribuições com zelo, presteza, eficiência e probidade;

x) Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, se for o caso; e

y) Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

y.1) Considerando que a prestação dos serviços contratados se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

8.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Credenciada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever da Credenciada eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Credenciada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. A Credenciada deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Credenciada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Credenciada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, Art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

8.11. O Termo de Credenciamento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII e XIII):**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E MULTAS:**

10.1. Ocorrendo o descumprimento das obrigações assumidas pelo presente Termo de Credenciamento e/ou incorrendo a CREDENCIADA nas disposições do Art. 155, I a XII da Lei nº 14.133/2021, poderá a Administração, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar; e/ou

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2. A aplicação das penalidades observará as disposições do Art. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.3. As infrações decorrentes de irregularidades ocorridas durante a execução contratual, conforme disciplinado pelo Art. 120, do Decreto Municipal nº 1.319/2024, terão as seguintes sanções:

I - recusar-se a prestar garantia contratual prevista no instrumento convocatório, se for o caso:

a) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço; e/ou

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 (trinta e seis) meses.

II - dar causa a inexecução parcial do contrato:

a) multa de 4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) multa moratória de 0,2% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias; e/ou

c) advertência.

III - dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a) multa de 6% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) multa moratória de 0,4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias; e/ou

c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

IV - não atender as especificações técnicas relativas a materiais, serviços e/ou obras prevista no instrumento convocatório ou documento equivalente, ou ainda, alterar quantitativa ou qualitativamente a composição/substância dos objetos fornecidos:

a) multa de 8% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias; e/ou

c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

V - recusar o recebimento de empenho ou ensejar o retardamento da execução, paralisação ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a) multa de 10% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 75 dias; e/ou

c) impedimento de licitar ou contratar por 30 meses.

VI - dar causa a inexecução total do contrato:

a) multa de 12% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 90 dias;

c) impedimento de licitar ou contratar por 36 meses.

VII - quebrar sigilo, em contrato, de informações confidenciais sob qualquer forma:

a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço; e/ou

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.

VIII - descumprir os requisitos de habilitação ou as obrigações previstas e orçadas nos preços e/ou planilhas que compõe a proposta contratada, em especial, às verbas referentes às relações de trabalho com seus empregados e/ou prepostos:

a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses.

IX - comportar-se de modo inidôneo:

a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 54 meses; e/ou

c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

X - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato:

a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses; e/ou

c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XI - praticar ato fraudulento, inclusive fraude fiscal, na execução do contrato:

a) multa de 30% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses; e/ou

c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra princípios da Administração Pública:

a) multa de 15% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses; e/ou



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XIII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra o patrimônio público:

- a) multa de 20% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses; e/ou
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XIV - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil:

- a) multa de 25% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses; e/ou
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

10.4. Os valores das multas serão descontados de qualquer crédito existente no Órgão, não se efetuando qualquer pagamento de valores, enquanto não houver a quitação da multa.

10.5. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, de conduta dolosa, que resulte em prejuízo ao erário e/ou a terceiros, enriquecimento ilícito ou violação aos princípios da Administração Pública.

10.5.1. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas aos que lhe derem causa.

10.6. Para a aplicação de quaisquer penalidades, serão observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como, as formalidades disciplinadas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente Art. 157 e seguintes.

10.7. Realizada a notificação prévia à licitante ou Credenciada e observados o contraditório e a ampla defesa, será realizada a instrução processual com vistas a averiguar e evidenciar os dados necessários à tomada de decisão.

10.8. As sanções serão precedidas de análise jurídica e aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada ou pelo Prefeito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

11.1. Constituirão motivos para extinção do presente Termo de Credenciamento, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; e/ou

VII – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2. A extinção do Termo de Credenciamento poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.3. Para qualquer forma de extinção contratual, o Município Contratante deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Uma vez extinto o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Contratada o pagamento de serviços corretamente executados.

11.5. Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do contrato, sujeitará a Contratada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO:

12.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| Outros Serviços – PJ   | Saldo Disponível |
|--|------------------|
| - Despesa: 89 / Projeto: 0107 / Classificação: 3.3.90.39.00.00.00.00 / Recurso: 40   | R\$ 230.005,34   |
| <b>Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita</b>                           |                  |
| - Despesa: 1500 / Projeto: 0107 / Classificação: 3.3.90.32.00.00.00.00 / Recurso: 40 | R\$ 2.000,00     |

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis e princípios gerais dos Contratos.



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

**14.2.** Onde este Termo for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, reservando-se ainda ao Município de Paverama, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte da Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** A Credenciada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Registros que não caracterizam alteração do Termo de Credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do Art. 136, da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94, da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c Art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1.** A CREDENCIADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo de Credenciamento, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

**17.2.** Todas as comunicações, relativas ao presente Termo serão consideradas como regularmente feitas se protocoladas no Protocolo do contratante através do endereço e-mail: [administracao@paverama.rs.gov.br](mailto:administracao@paverama.rs.gov.br).

**17.3.** O presente Termo de Credenciamento obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:**

**18.1.** É competente o Foro da Comarca de Teutônia/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Termo de Credenciamento.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente Termo de Credenciamento e assinam eletronicamente para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Paverama/RS, ..... de .....de 202....



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

**CONTRATANTE**  
**MUNICÍPIO DE PAVERAMA**  
**MICHELE CAROLINE DE VARGAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

**CREDENCIADA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
CPF N° \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CPF N° \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_